

**Em nome(s) de Caicó:
a toponimização espacial sob os olhares da República e dos republicanos**

**ANDERSON DANTAS DA S. BRITO¹
OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA²**

Resumo:

A cidade de Caicó (RN) localiza-se na microrregião do Seridó norte-rio-grandense. Essa cidade é considerada a primeira mancha urbana do território que hoje corresponde ao Seridó. Em 1700 emergiu como Arraial do Queiquó e em 1735 passou a Povoação do Queiquó. Em 1788 recebeu a designação Vila Nova do Príncipe (em homenagem ao nascimento do futuro D. João VI) e, no ano de 1868 foi elevada a Cidade do Príncipe. Continuou com tal denominação até o ano de 1890 quando passou a se chamar Seridó, em 1º de fevereiro de 1890, e posteriormente, Caicó, em 7 de julho de 1890. Historicamente esse espaço sofreu transformações físicas e de terminologias. Partindo desse entendimento, objetivamos analisar o *imaginário social* da cidade de Caicó³-RN durante a Primeira República, a partir da enunciação toponímica própria da cidade, referente às denominações do e no *espaço*, que é instituída e afirmada entre o lugar social dos principais representantes da sociedade do citado contexto e suas práticas discursivas representadas aqui pelas nomeações, atentando para o contexto histórico e os interesses que motivaram ou possibilitaram as transformações toponímicas e sua dinâmica quanto a relação entre imaginário social e toponímia. Como fontes de análise utilizamos a Ata de Instalação da Vila Nova do Príncipe, leis e decretos municipais e estaduais, mapas e alguns exemplares do jornal *O Povo*, que serão perscrutadas a partir do olhar da Nova História Política. Os topônimos tem relação expressa com o imaginário social. Dessa forma, o topônimo Queiquó, que nomeou o arraial e a povoação ainda no século XVIII, fora retomado em fins do século XIX para renomear um espaço urbano que passara quase todo o século XIX como Vila ou Cidade do Príncipe. A memória e a tradição do lugar, assim, se articularam para fazer dos topônimos formas de representação do imaginário social. Sendo assim, o ato de nomear o espaço sobrepuja se fazer uma simples referência físico-espacial, indicando uma qualificação, apropriação e construção de representações que impregnam de cultura e poder o território estabelecido sob os olhares da República e dos republicanos.

Palavras-chave: Topônimos. Espaço. Imaginário Social. República. Poder.

¹ Mestrando em História e Espaços pela UFRN. Bolsista Capes. E-mail: andersonsb16@yahoo.com.br

² Doutoranda em Educação pela UFRN. Bolsista CNPq. E-mail: olivianeta@yahoo.com.br

³ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (BRASIL, 1989) a cidade de Caicó localiza-se na porção ocidental da microrregião do Seridó potiguar. Além da configuração espacial produzida pelo IBGE para o Seridó norte-rio-grandense e suas cidades em específico, pode-se considerar uma outra configuração que seria a do Seridó historicamente construído. (MORAIS, 2005). Tal configuração se faz necessária, tendo em vista que atualmente, o Seridó é composto pelo território de 23 (vinte e três) municípios que, de forma direta ou indireta, se desmembraram de Caicó, primeira municipalidade a se constituir no referido recorte espacial.

Introdução

Você já parou para pensar o significado do seu nome ou do topônimo do lugar onde você nasceu? E da sua rua ou cidade onde reside atualmente? Ou saberia o por que daquela referência para tal “batismo” denominativo?

São essas reflexões que direcionaram os nossos primeiros interesses em abordar uma construção histórico-espacial sob o olhar dos nomes que designam, referenciam, lembram, historicizam as relações dos indivíduos e seus imaginários em determinados momentos ao cicatrizarem as artérias urbanas com seus interesses que demarcaram os topônimos.

Não existe aqui intuito de (re)produzir vocabulário toponímico, mas sim, sobretudo, pensar os nomes da cidade sob uma ordem de produção histórica, alicerçada em determinado imaginário, aqui envolto da Primeira República, porém, construída sobre camadas históricas de interesses que anteriormente também toponimizaram Caicó.

O homem, ao fazer uso de sua capacidade linguística para nomear os *espaços*, estabelece relações consigo próprio e com os outros membros da sociedade. No primeiro caso, porque se utiliza do conhecimento que possui sobre a realidade circundante para nomear a espacialidade e, no segundo, porque o designativo atribuído transmite o real significado e interesse nele contido. Assim, a análise da cultura e do conjunto de valores de uma sociedade exige, antes de tudo, um estudo centrado no *Imaginário*⁴ - já que é através dele que tentaremos revelar as construções toponímicas de uma determinada espacialidade.

A dinâmica necessária para a edificação de uma denominação de um *espaço* perpassa todo um conjunto de motivações alicerçadas no *imaginário social* presente no momento em que o nome é instituído. Conforme Dick (1990a, p.22) “os topônimos são, pois, verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população”. Sob este olhar, falar um determinado nome vai muito além do simples ato de pronunciamento da palavra. Os nomes, na abordagem deste trabalho serão apresentados como enunciação, referência e, sobretudo, como

⁴ Tomando como referência as considerações de Barros (2004) e Castoriadis (2006), a *História do Imaginário* aqui será utilizada como campo da história que estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens verbais, sobretudo, nesta situação, os topônimos.

possibilidade de se compreender o *imaginário social* de um *espaço* a partir das relações que os instituíram. Aqui, o *espaço* e o *imaginário* clarificam-se e interagem sugestivamente quando flagrados pela toponímia que “batiza” a cidade, suas ruas e seus outros espaços. A valorização da temática do *batismo das cidades* é abordada por Laurent Vidal, onde nos chama a atenção para a importância do nome no sentido designativo, identificador e imagético:

[...] pode-se imaginar uma cidade sem nome? Nomear consiste em designar, em dotar a cidade de uma imagem que transcende sua própria realidade física; uma imagem capaz de suscitar identificações, uma imagem que também pode influenciar o futuro da cidade. Nomear uma cidade, em suma, equivale a insuflar-lhe uma personalidade particular. Nas fundações de cidades, esse ato não é menor e suas consequências podem ser importantes. A decisão depende de uma escolha política e cultural. O nome é função da importância da cidade, do papel que lhe é atribuído, dos privilégios que ela pode obter. [...]. (VIDAL, 2009. p.78).

Nessa perspectiva, objetivamos com este estudo analisar o *imaginário social* da cidade de Caicó⁵-RN durante a Primeira República, a partir da enunciação toponímica própria da cidade, referente às denominações do e no *espaço*, que é instituída e afirmada entre o lugar social dos principais representantes da sociedade do citado contexto e suas práticas discursivas representadas aqui pelas nomeações. A *toponímia*, neste caso, se constitui enquanto recorte para análise, sendo entendida enquanto uma prática que (de)marca, atribui e representa o *poder* nos *espaços*. Da toponimização do *espaço* procuramos as motivações, as relações de enunciação e afirmação de *poder*, as significações dos *imaginários sociais* dos nomes da cidade de Caicó.

Quanto à relação entre *imaginário social* e *toponímia* atentaremos para a construção das denominações da e na cidade, verificando a singularidade existencial dos nomes a partir do *imaginário* predominante em cada momento naquele *espaço* a fim de entender o processo de mudança (1890) e afirmação toponímica de Caicó (1932) ocorrido durante e

⁵ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (BRASIL, 1989) a cidade de Caicó localiza-se na porção ocidental da microrregião do Seridó potiguar. Além da configuração espacial produzida pelo IBGE para o Seridó norte-rio-grandense e suas cidades em específico, pode-se considerar uma outra configuração que seria a do Seridó historicamente construído. (MORAIS, 2005). Tal configuração se faz necessária, tendo em vista que atualmente, o Seridó é composto pelo território de 23 (vinte e três) municípios que, de forma direta ou indireta, se desmembraram de Caicó, primeira municipalidade a se constituir no referido recorte espacial.

pouco após a Primeira República. Assim, se faz necessário partir da problematização de alguns topônimos anteriores que se constituem enquanto camadas denominativas, para pensar tais construções como *representações do imaginário*.

Mas, por que Arraial do Queiquó, Vila Nova do Príncipe, Cidade do Príncipe, Seridó e Caicó? Por que muitas das ruas centrais estão denominadas com os nomes dos principais atores do republicanismo no Seridó? Que situações emblemáticas e originais a *toponímia* da cidade apresenta enquanto *representações* de seus *imaginários sociais*? Quais as principais motivações dos *imaginários sociais* de Caicó presentes em suas denominações?

Os questionamentos utilizados nos serviram para indicar as justificativas, o referencial teórico e os caminhos metodológicos necessários que foram percorridos sobre a toponímia de Caicó. Assim, o trabalho que propomos encontra as suas relevâncias acadêmica e científica pela percepção que a literatura anterior produzida acerca da toponímia potiguar e mais especificamente de Caicó apresenta limitações interpretativas e falta de conectividade para tentar compreender o *imaginário social* da cidade, sob a problematização de seus topônimos, enquanto *representações* de um *espaço* construído. No âmbito da historiografia regional, a marca principal da maior parte dos trabalhos sobre toponímia caracterizou-se enquanto uma descrição das denominações dos municípios, sem qualquer estudo mais apurado de interpretação toponímica. Para melhor observar tais referências em que apenas o vocabulário foi visibilizado contemplando alguns nomes e datas sem atentar para compreender como foram construídos historicamente tais topônimos e de como eles representam o *espaço* e são influência ou interesse de um *imaginário social* fundante, lançamos o olhar sobre as seguintes obras: Dantas, (1922); Câmara, (1923) e Soares, (1930). Com algumas exceções para esta visão mais tradicional em se deter a traduzir os significados dos topônimos ou apresentar apenas uma história influenciada por datas ou nomes de ilustres fundadores, Lima, (1930) em *Municípios do RN* e Cascudo, (1968) em *Nomes da Terra*, são os autores que mais se aproximam da proposta de nossa pesquisa ao sugerirem uma *introdução* para com uma contextualização dessa toponímia, porém, com várias limitações também referendando nomes, datas, acontecimentos e silenciamentos de atores sociais.

O *imaginário* está intrinsecamente associado às denominações de Caicó, sendo os topônimos elementos alicerçantes na *instituição imaginária da sociedade*. Ainda segundo Castoriadis o “nome de um indivíduo”, pessoa, coisa lugar ou o quer que seja remete ao oceano interminável do que esse indivíduo é, onde seu nome na medida em que se refere virtualmente à totalidade das manifestações deste indivíduo ao longo de sua existência em parte traduz o *imaginário* de uma espacialidade.

Assim, também buscaremos promover um encontro entre a História do Imaginário e a Nova História Política⁶, com o intuito de verificar o pensamento e os interesses que revestiram a toponimização do espaço caicoense durante a Primeira República.

A ideia de *imaginário* problematizada por Castoriadis nos aproximou de outros importantes elementos teóricos que se fizeram necessários. A relação entre *espaço* e *poder* é uma das mais constantes quando pensamos sobre a toponimização dos *espaços*. O ato de nomear uma cidade, rua ou edificação e mudar essas denominações reveste de significados as práticas dos principais interessados em se verem representados em tal enunciação toponímica. Pensando o *espaço* como “um lugar praticado” (CERTEAU, 1990, p. 208), inicialmente analisamos o processo de ocupação do *espaço* caicoense e por extensão o seridoense pelo “elemento estranho” luso-brasílico onde resolveu empreender a posse da terra com a sua presença, encontrando ali um lugar recortado por vários acidentes geográficos, inclusive alguns já denominados conforme a voz dos habitantes nativos. Para Plínio Salgado (1946, p. 59): “O génio imperial dos Portugueses – verdadeira sobrevivência da capacidade política dos Romanos – apreendeu imediatamente todas as vantagens da assimilação dos elementos idiomáticos aborígenes no vocabulário toponímico.”

As ribeiras dos rios eram as fontes mais propulsoras a uma possibilidade de habitar humano em meio às terras mais inóspitas que caracterizam o Sertão, particularmente o do Seridó. Nesta perspectiva, Gilmar Arruda (2000, p. 148) enfatiza que “A identificação de vários afluentes através de nomes aumenta a sensação de preenchimento do espaço cartografado visto através dos mapas.”

A princípio, a natureza visibilizada por sua geografia física, fauna e flora, esteve atrelada a nomes construídos culturalmente pelos indígenas, cujos significados estão

⁶ Encontramos referência teórica para a Nova História Política na obra **Por uma História Política** (2003) de René Rémond, principalmente por conceber um estudo político baseado na interdisciplinaridade. Abertura esta fundamental para aproximarmos a política e a linguística.

carregados de um valor simbólico e de práticas que se relacionam com a representação dos topônimos. Pois conforme Certeau o *espaço* pode ser entendido como o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (CERTEAU, 1990, p. 202).

Seguindo a mesma linha de Certeau, a geógrafa Doreen Massey (2007) entende que o *espaço* tem a ver com o que se sente e dá significado a ele, onde o homem constrói códigos espaciais que regulam sua relação com o *espaço*. Neste sentido, a toponímia é compreendida como um desses códigos que representam interesses da sociedade, tornando mais latente a questão intrínseca fundamentada na relação entre *poder* e *espaço*. Massey também sugere pensar o *espaço* a partir de três proposições – primeiro, como sendo o produto de inter-relações, constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno (o local) – *o imaginário republicano e a sociedade local*, suas interfaces representadas na toponímia da cidade e na cidade; segundo, o *espaço* como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, em que distintas trajetórias coexistem, uma espécie de esfera da heterogeneidade; e terceiro, o *espaço* pensado como uma constante construção. Neste sentido, o *espaço* a partir das vivências no local é tomado como um *lugar de encontro*, marcado e alicerçado por múltiplas histórias, diferentes imaginários e toponímias.

Arraial do QUEIQUÓ: a presença do imaginário mítico indígena na denominação espacial colonialista

Partindo da construção histórica das denominações já utilizadas para a hoje cidade de Caicó, nos deparamos com os fundamentos teóricos emprestados a partir dos olhares de Certeau e Massey acerca dos *espaços*. O *Arraial do Queiquó* (1700), considerado como a primeira “mancha” urbana do Seridó norte-riograndense evidencia em sua denominação a presença cultural indígena e o imaginário mítico que se fez presente quando iniciou-se o processo de ocupação e colonização portuguesa naquele Sertão, ocorrendo a fundação de tal aglomerado populacional no final do século XVII e início do século XVIII.

A articulação das terminologias *Arraial* e *Queiquó* configura-se como uma *representação* de uma *esfera da heterogeneidade*. Arraial do Queiquó pode ser considerada uma “denominação de encontro” entre o indígena e o colono enquanto *representação* do *imaginário* envolvido por tais indivíduos e suas inter-relações. Arraial é o elemento colonizador visibilizado na posse do *espaço* com a demarcação político-administrativa. *Queiquó* é o pensamento indígena e o hábito de nomear o *espaço* conforme a relação fundamentada na experiência com a natureza.

O *imaginário social* que representa tal temporalidade está fundamentado na emergência mítica de fundação espacial de Caicó, com referências a protagonistas comuns, como: o vaqueiro, o touro, um poço e Sant’Ana. O imaginário local tece-os em uma relação entre a história e a memória. Assim, inicialmente dar-se visibilidade às narrativas de fundação da cidade de Caicó. As representações associadas às narrativas de fundação configuram-se após a Guerra dos Bárbaros destacando interpretações como a de Tupã – um espírito encarnado em um touro – que habitava um mufumbal e ameaçava um vaqueiro que vendo-se em perigo recorre a Sant’Ana, prometendo-lhe uma Capela em troca da salvação do touro bravo. Nesta narrativa, além do touro e do vaqueiro, de Sant’Ana e de Tupã um espaço é rememorado na história e nos mitos de origem de Caicó: o Poço de Sant’Ana. Estes elementos lendários e míticos presentes perpassam a denominação do espaço Arraial do Queiquó. E serão retomados quando da última mudança toponímica ocorrida em 1890, com a afirmação do nome de Caicó.

Dessa forma, representações e representados são uma constante quando são edificados os topônimos que analisamos. Pensando a *representação* pelo ponto de vista de Schopenhauer (2001, p.177), enfocamos o ato de denominar o espaço conforme uma vontade. Para ele a vontade manifesta-se unicamente como aquilo que constitui o mundo, abstraindo da *representação*. A *objetividade da vontade*, que significa a vontade tornada objeto é *representação*. Os nomes que denominam o *espaço* são resultados de uma vontade, de designar, de legitimar a posse sobre o *espaço*, de demonstrar poder e de se situar. Existe aí a necessidade de uma análise do contexto histórico que possibilitou o desenvolvimento de tal toponímia a fim de verificar a construção e entendimento da mesma enquanto representações da cidade e de seus indivíduos.

Vila e Cidade do PRÍNCIPE: em nome da Coroa, a relação espaço e poder presente na demarcação toponímica da cidade

Chegando ao *imaginário social* do *Príncipe* no final do século XVIII e quase todo o século XIX, recorreremos para a evidência da relação (de)marcante que se fez a partir do toponimização do *espaço* enquanto símbolo e expressão enunciativa de *poder*. Para Certeau esta prática é latente e própria daqueles que ocupam o *poder* sobre o *espaço*. É uma forma de afirmação e demarcação político-social sobre o *espaço*.

Segundo Certeau (2002, p. 216) “O fato de mudarem de nomes (todo poder é toponímico e instaura a sua ordem de lugares dando nomes) nada tira essa força múltipla, insidiosa, móvel. Ela sobrevive aos avatares da grande história que os desbatiza e rebatiza”.

A partir desta concepção, entendemos que *espaço* e *poder* estão imbricados na denominação da cidade quando da emergência da *Vila Nova do Príncipe* em 1788 e da *Cidade do Príncipe* em 1868. Tais práticas nomeativas e de afirmação de poder conforme o lugar social que ocupam são abordadas por Olavo de Medeiros Filho (2002) e pelo Padre Monteiro (1954) no contexto de Caicó e do Rio Grande do Norte.

O historiador Raimundo Arrais em sua obra *O Pântano e o Riacho*, evidencia no contexto da capital do Pernambuco na segunda metade do século XIX, um conjunto de atos que trataram de evocar na toponímia local o hábito de homenagear os membros da Família Real e outros “heróis”, inclusive da Guerra do Paraguai. Assim, Recife vai sendo cicatrizada toponimicamente pela passagem da Família Real e por outros acontecimentos de ordem nacional. Arrais (2004, p. 338) enfatiza os momentos principais na mudança de representação: “Em dois momentos, durante o Segundo Reinado, as elites provinciais lançaram mão do corpo da cidade para transformá-lo numa reserva simbólica que pudesse ser empregada em seu benefício, na relação com o poder central: em 1859 e na segunda metade da década de 1860. [...]”

No contexto de Caicó, seja a vila ou a cidade foi a denominação *Príncipe* que permaneceu como elemento nomeativo ao *espaço*. Celebrar o *Príncipe* era também associar a cidade e seus equipamentos e instituições ao quadro político-administrativo da Colônia e do Império. As relações entre *poder* e *espaços* visibilizadas através da toponímia que ora abordamos, se perpetuaram na mudança dos nomes da cidade durante

a implantação do novo regime político da nação. A Cidade do Príncipe passa a se chamar Seridó e no mesmo ano retoma-se uma referência à primeira denominação, Caicó (1890).

CAICÓ: O imaginário republicano e suas interfaces no nome da cidade

Até a implantação da República em 1889 não existia o Partido Republicano no Rio Grande do Norte, encontrava-se apenas alguns focos isolados, destacando Caicó, onde Janúncio Nóbrega, filho seridoense, acadêmico de Direito em Pernambuco, tentou, sem sucesso, a implantação do partido, desde 1886.

Às vésperas da República, o cenário político do Rio Grande do Norte contava com três partidos políticos: o Conservador - dividido entre o "grupo da Botica" e o "grupo da Gameleira"; o Liberal - dividido entre Amaro Bezerra e José Bernardo e o Republicano, liderado por Pedro Velho e Janúncio Nóbrega. No entanto, o Partido Republicano só foi oficialmente fundado no Estado no início de 1889, em Natal, com Pedro Velho, que ainda criou o jornal "A República", para divulgação partidária.

Na Cidade do Príncipe no começo do ano de 1889 é criado o Jornal *O Povo*, instrumento bastante utilizado para divulgação dos ideais republicanos naquele Sertão. Naquele momento, alguns indivíduos se destacaram na propaganda republicana, seriam eles Manoel Dantas, Diógenes Nóbrega e Olegário Vale, importantes redatores do Povo. Com a proclamação da República, assumiu o poder Pedro Velho, fazendo aliança com antigos monarquistas que, no momento, fizeram oposição aos Liberais na liderança do Estado. Articulando-se politicamente, compôs seu ministério com uma maioria de conservadores, frustrando os republicanos e ligando-se aos interesses de classe dos grandes proprietários rurais, abrindo espaço à consolidação das oligarquias. Tendo passado um mês após a Proclamação da República, Adolfo Gordo foi nomeado para governar o Rio Grande do Norte, onde tentou unificar os procedimentos administrativos estaduais. Este fato não agradou aos republicanos locais, pois estes eram oligarcas e criticavam a centralização.

E é neste contexto que verificamos algumas das principais transformações na toponímia potiguar, a partir da consolidação da República com a necessidade de afastar os ruidosos monarquistas que ainda assolavam o espaço político em questão. O Decreto Nº 12 de

01/02/1890, traz a mudança toponímica de alguns “ruídos” monárquicos presentes nas denominações dos lugares. Mudou-se os nomes das cidades de Imperatriz e Príncipe, e da Villa Imperial de Papary. A cidade de Imperatriz passou a se chamar Martins; a cidade do Príncipe foi toponimizada com o nome Seridó, e a Villa Imperial de Papary para Villa de Papary. Essas mudanças refletiram a necessidade de modificar os nomes desses lugares para atender a um novo imaginário.

Com o objetivo maior de expurgar as marcas do Império que se faziam presentes constantemente na denominação da cidade, no ano de 1890, a Cidade do Príncipe passou por duas mudanças toponímicas. No mês de fevereiro, como já abordamos, tem sua denominação alterada para Seridó, onde observamos que a cidade confundia-se com a própria demarcação regional que estava inserida no sentido do imaginário que contempla a expressividade daquele espaço. Ainda no mesmo ano, no mês de julho, ocorre um retorno à expressão pioneira que se referia à implantação do Arraial do Queiquó. Passando neste momento de Seridó para Caicó, topônimo que permanece até os dias atuais, e reconhecendo o Seridó como a região pela qual Caicó está inserida.

Neste sentido, a mudança do nome de Caicó está inserida no contexto da nova política nacional republicana. Para Arruda (2000, p. 150): “A nomeação de lugares provocava uma luta, ou melhor, fazia parte de um conflito em torno de representações espaciais existentes na sociedade. São formas diferenciadas de organizar o mundo em volta e os interesses que estavam em questão”.

Para Bourdieu (1989, p. 146) capitais simbólicos baseados em lutas anteriores são investidos no ato de nomear. As novas mudanças toponímicas ocorridas no Rio Grande do Norte, no ano de 1890, são reflexos das lutas políticas recém-travadas, verificadas na realização toponímica dos novos interesses, agora fundamentados na República.

As lutas pelas transformações na toponímia que rememorava o Império e sua Corte se concretizam nos decretos estaduais e municipais que trataram de modificar a memória daquele Regime. Foram cidades, vilas, povoações, ruas, praças e demais espaços que foram gradualmente sendo toponimizados de acordo com os ideais da República e com os interesses de alguns republicanos.

TOPONÍMIA E PODER: Sedimentando o imaginário republicano nos nomes na cidade

Durante a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ruas, algumas praças e importantes edifícios da cidade também tiveram seus nomes revestidos conforme o *imaginário republicano*, onde as referências trataram de plasmar nas denominações de alguns logradouros e instalações com os novos interesses e os principais atores sociais envolvidos naquele momento. Neste sentido, observa-se o mapa a seguir:



Mapa 1: Recorte do Mapa do Patrimônio Arquitetônico de Caicó, elaborado por Edja Trigueiro e Colaboradores em 2002.
Fonte: LABORDOC, Ceres, Caicó – UFRN.

Para Jeremy Black, no século XX, “[...] Os mapas também passaram por um papel mais importante ao fornecerem sua própria narrativa. Isso foi conseguido tornando-os mais dinâmicos, e o meio específico pelo qual isso foi conseguido foi o uso da seta.” p.162. Nessa oportunidade, utilizamos as setas para dar visibilidade a alguns dos principais nomes envolvidos na constituição do Movimento republicano no Seridó e na cena

política durante a República Velha, mais especificamente em Caicó, reduto político, econômico e social da região.

Sobre a utilização dos mapas para a compreensão das toponímias Arruda (2000, p. 154) evidencia: “Embora os mapas examinados representem um espaço físico delimitado, as ideias veiculadas não se limitavam apenas a uma concentração espacial, mas estendiam-se às análises da sociedade.”

No condizente as referências localizacionais das ruas, demarcações nomeativas são utilizadas através de placas que abordam o nome da região e da cidade. A região inclusive é reforçada, certa vez que também já foi a denominação anterior à Caicó.

Deduz-se então que a Proclamação da República e diretamente, a ação de alguns atores sociais caicoenses no contexto de tal acontecimento, tornou-se fato de tamanha importância que algumas das principais artérias urbanas de localização geográfica central passaram a ser denominadas em homenagem a tais indivíduos que se integraram na organização e liderança do Partido Republicano Seridoense.

Observamos que no ano do trigésimo aniversário da Proclamação da República do Brasil (1919), havia na cidade de Caicó uma rua em homenagem a data do acontecimento, concretizando assim em um logradouro urbano daquele espaço a importância da mudança política ocorrida na nação. Uma *Carta de Aforamento* correspondente ao mesmo ano, assinada pelo então na época Intendente do município, o Sr. Celso Affonso Dantas, atesta propriedade de parte de terra do patrimônio municipal em meio urbano ao Sr. Onório Onofre de Medeiros na Rua 15 de Novembro.

Mesmo a cidade estando plasmada por uma argamassa imaginária que nomeia os logradouros e espaços conforme o dia da Proclamação, com a ideia de Liberdade, presente na Praça da Liberdade em referência à abolição dos escravos, e com a valorização da região pela qual já se denominou a cidade, presente em uma de suas principais avenidas (Seridó), são os atores sociais que comandaram a política local e se alçaram à conquista do poder em nível governamental no final da República que também irão emprestar seus nomes na demarcação toponímica de Caicó. Alguns destes atores sociais foram inclusive os responsáveis na reafirmação do nome de Caicó em 1932, quando tentou-se modificar o topônimo para Amaro Cavalcanti.

Algumas considerações

O primeiro e maior núcleo urbano do Seridó potiguar, inclusive tendo correspondido por longa data para com a circunferência espacial da própria região, pode ser compreendido a partir das consideráveis representações demarcatórias empreendidas a partir de sua toponimização espacial. A toponímia da e na cidade de Caicó apresenta representações suficientes para entender os diferentes momentos que a história regional do Seridó potiguar perpassou ao longo da Colônia, do Império e mais especificamente na República.

O imaginário social compreendido a partir das representações toponímicas traduz a necessidade de empreender a posse e demarcar o espaço através dos nomes ali instaurados. São marcas de poder e de referências que dão visibilidade ao encontro do colonizador com o indígena, à Coroa portuguesa e o costume de empreender posse e afirmação a seus espaços com nomes de seus membros, e também o surgimento de uma nova dinâmica toponímica no contexto republicano a partir da necessidade de denominar o espaço conforme os ideais do novo regime governamental da nação. Arraial do Queiquó; Povoação do Queiquó; Vila Nova do Príncipe; Cidade do Príncipe; Seridó e Caicó são representações de imaginários em que a necessidade de afirmar o poder sobre o espaço se fez conforme os interesses de cada momento problematizado. E foi durante a Primeira República que atingiu-se o ápice da toponimização espacial com a retomada (1890) e reafirmação do nome de Caicó no Movimento de 1932, onde tentou-se mudar o nome da cidade para Amaro Cavalcanti, porém, reafirmada a tradicional denominação Caicó.

Referências:

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a História e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BLACK, Jeremy. **Mapas e História: Construindo imagens do passado**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal-RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2002.
- CÂMARA, Amphilóquio. **Scenários Norte-Rio-Grandenses**. Rio de Janeiro: Empresa Industrial “O Norte”, 1923.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no RN: Da propaganda à primeira eleição direta para governador**. Rio de Janeiro: Edições do Val Ltda. 1965.
- _____. **Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do RN**. Natal: FJA, 1968.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: O Monitor, 1962.
- DANTAS, Manoel. **Denominação dos Municípios: Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2008. [1922].
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense**. Dissertação (Mestrado em C. Sociais, UFRN), 1998.
- MEDEIROS, José Augusto B. de. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- _____. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: FGD/FVR, 2002.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a Cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília-DF: Gráfica do Senado Federal. 1999.
- _____. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó: Edição do Autor, 2005.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto N. 12, 01/02/1890: Muda os nomes das cidades de Imperatriz, Príncipe e Vila Imperial de Papary. **Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Typ. Da Empreza Gráfica de Renaud & C^a, 1896.
- SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil**. Lisboa: Edições Ática, 1946.
- SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SOARES, A. **Dicionário Histórico e Geográfico do RN**. Vol. 1 A-E. [1930] Edição Fac-Similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN. Coleção Mossoroense. 1988.

SOUZA, Itamar de. **A república velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRN, 2008.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.